

# O discurso neoliberal e a autoproclamação da virtude em Hayek

Mariano Magri

## Considerações iniciais

No início da década de 1980, Margaret Thatcher (1925-2013), então primeira-ministra da Inglaterra, e Ronald Reagan (1911-2004), presidente dos EUA, propuseram o refreamento das políticas do Estado de bem-estar social. Inspirados nas ideias do economista austríaco Friedrich August Von Hayek (1899-1992), reduziram a intervenção do Estado na economia, lançaram mão de privatizações de empresas estatais, diminuíram a carga tributária e voltaram a apostar na “mão invisível” do mercado como agente beneficiador do individualismo sobre o coletivismo. Essas medidas político-econômicas ficaram conhecidas como neoliberais.

A partir da implantação dessas políticas, um intenso debate foi instaurado, nacional e internacionalmente. Vários discursos esforçaram-se para provar a superioridade de suas teses em relação às teses opostas. O objetivo deste estudo, portanto, é responder, sob a ótica dos conceitos da Retórica, as seguintes questões: a) quais as estratégias argumentativas utilizadas por Hayek para demonstrar superioridade de sua tese em relação às contrárias? e b) como as virtudes e os vícios se ressaltam nessas mesmas estratégias?

Para responder a essas questões, discutiremos princípios teóricos da Retórica (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 2000; Ferreira, 2015; Meyer, 2018; e Mosca, 1997), de lógica (Mortari, 2001) e de virtude e vício (Aristóteles, 2018). Na sequência, faremos uma breve exposição das principais ideias contidas no livro *O caminho da servidão*, de Hayek, para, depois, com base em trechos dessa obra, mostrar como as estratégias argumentativas foram traçadas.

Além das considerações iniciais e finais, este capítulo será desenvolvido em duas seções. Na primeira, debateremos os princípios que permitem mostrar de onde os argumentos retiraram suas fontes de apoio e como se relacionaram com os conceitos de virtude ou a sua falta. Na segunda, faremos as análises propriamente ditas.

## Argumentação, lugares-comuns, virtudes e vícios

Independentemente da teoria sobre o uso da linguagem, a comunicação sempre pressupõe a existência de alguém que produz um discurso, um outro que é destinatário desse discurso e o discurso em si. Essas três dimensões se entrelaçam fortemente e as tentativas de segregá-las tornam-se um esforço teórico para ressaltar como cada uma pode contribuir para a efetividade na transmissão de uma ideia. Mas não uma ideia qualquer, e sim aquela que deseja levar o interlocutor a aceitar o que é dito, ou seja, levá-lo ao convencimento, à persuasão.

Essas duas palavras, convencimento e persuasão, são, muitas vezes, usadas como sinônimas. Entretanto, se buscarmos suas etimologias, encontraremos dissimetrias que abrirão espaço para iniciarmos a discussão que pretendemos. De acordo com o *Dicionário de sinônimos da língua portuguesa*<sup>1</sup>, há relevantes diferenças entre uma e outra. O convencimento está associado ao entendimento; a persuasão, à vontade. A convicção é filha da razão; a persuasão depende mais da sensibilidade. Para produzir convicção, basta conhecer as relações de uma ideia, de um fato e expô-las com precisão e clareza; para produzir persuasão, basta conhecer as relações que tem o objeto de que se trata com as propensões, interesses e paixões da pessoa a quem se fala e enaltece-las com força, vivacidade e calor. A primeira requer conhecimento completo da matéria; a segunda exige conhecimento do coração humano<sup>2</sup>.

Com base nessas diferenças, podemos entender que a convicção está associada à busca da verdade, enquanto a persuasão associa-se ao mundo do verossímil, daquilo é possível ser verdade. Dito somente dessa forma, podemos levar a crer que a persuasão está em oposição à verdade e, por conta disso, ter inclinação à mentira, à enganação. Todavia, discursos políticos – o livro objeto de análise deste capítulo é essencialmente político – não se desenvolvem em contextos uníssonos. Como nos ensina Mosca (1997), é no mundo da opinião que são tecidas as relações sociais, políticas e econômicas, porque não temos acesso ao que se chamaria de “mundo da verdade” e, para lidar com esse paradigma, atribui a Aristóteles a criação de um estudo sistematizado, com viés dialético-persuasivo. É dialético por não trabalhar com a noção de verdade, mas com o que é provável. É persuasivo por visar levar um auditório, por meio de provas, a melhor opinião sobre uma controvérsia.

1 POMBO, Rocha. Dicionário de sinônimos da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras. 2ª edição. Apresentação de Evanildo Bechara. 2011.

2 Ibid, p. 317

Para persuadir, portanto, o produtor do discurso precisa encontrar os melhores meios de provas, as quais, sob a ótica da Retórica clássica, têm relação direta com quem produz o discurso, quem é destinatário do discurso e o discurso em si. À primeira, dá-se o nome de *ethos*, a imagem do orador; à segunda, *pathos*, as paixões do auditório; e à terceira, *logos*, a razão. Como dito anteriormente, essas dimensões estão fortemente entrelaçadas. O *ethos* e o *pathos* representam o lado psicológico do discurso. Associam-se à vontade, à sensibilidade, às paixões. O *logos* representa o lado racional. Está associado ao processo dialético para produção da melhor resposta sobre um assunto controverso. Não devemos, contudo, associar *logos* a convencimento. Embora seja o lado racional dos meios de prova e faça uso de raciocínios parecidos com os utilizados para se chegar a uma verdade, o *logos* não se dissocia do *ethos* e do *pathos*. Ele tem a função de materializar o discurso que tornará o orador digno de crédito e que tocará as paixões do auditório para ensinar, comover e agradar, como nos ensina Ferreira (2015). Portanto, o *logos*, embora racional, não objetiva produzir verdades, mas mitigar a tensão em torno de um assunto polêmico, ou, na concepção de Meyer (2018), encurtar as distâncias entre os homens a propósito de um problema.

Pela ótica didática, porém, é possível realizar um exercício para o destaque das estratégias argumentativas utilizadas pelo orador na criação de um discurso. Para demonstrar isso, recorreremos ao trabalho de Mortari (2001), que se propõe a explicar o que é lógica, inferência e argumento.

De acordo com esse autor, a lógica pode ser entendida como o estudo dos princípios e dos métodos de inferências com vistas a determinar em que condições certas coisas são consequências (ou não) uma das outras. Inferência, por sua vez, “consiste em ‘manipular’ a informação disponível – aquilo que sabemos, ou supomos, ser verdadeiro; aquilo em que acreditamos – e extrair consequências disso, obtendo informação nova.”<sup>3</sup> Ao inferir, portanto, estamos diante de um processo mental em que relacionamos informações disponíveis para chegar a alguma conclusão. No entanto, essas conclusões precisam ser justificadas, pois, muitas vezes, “cometemos erros de raciocínio, chegando a uma conclusão que simplesmente não decorre da informação disponível”<sup>4</sup>. Segundo o mesmo teórico, não sabemos exatamente como nossa mente faz esse processo e, por isso, as justificativas são reconstruções racionais desse processo de inferência, as quais demonstram, por meio de uma língua natural (portuguesa, espanhola, francesa, inglesa etc.), como decorre a conclusão com base nas informações existentes.

3 Mortari(2001), p. 4.

4 Ibid., p. 6

Para tornar esses raciocínios mais tangíveis, descrevemos um exemplo de inferência. Tomemos uma premissa como parâmetro: em feriados nacionais, todas as escolas brasileiras paralisam suas atividades. Diante dessa afirmação, trazemos a questão: “A Escola Estadual Fernando Pessoa, situada na capital paulista, tem atividades no dia doze de outubro?”. A resposta necessária é “não”. Mas qual processo de inferência nos permite responder como respondemos? Em primeiro lugar, sabemos que todas as escolas brasileiras paralisam suas atividades em feriados nacionais. Em segundo, sabemos que dia doze de outubro é feriado nacional no Brasil. Em terceiro e último, sabemos ser a capital paulista uma cidade situada dentro do território brasileiro. Portanto, de acordo com a definição de Mortari (2001), manipulamos as informações disponíveis (escolas brasileiras paralisam atividades em feriados nacionais; dia doze de outubro é feriado nacional no Brasil; capital paulista está situada dentro do território brasileiro) e extraímos consequências disso (a Escola Estadual Fernando Pessoa paralisa suas atividades no dia doze de outubro).

O exemplo acima demonstra o processo de inferência diante de premissas que não deixam nenhum obstáculo para a conclusão. A inferência foi realizada com lastro em informações que encerravam qualquer espaço para controvérsias. No entanto, em contextos sociais e políticos, a regra é que premissas e conclusões encontrem resistências. Tome-mos um assunto controverso, como segundo exemplo: as cotas raciais na universidade. Alguns são contra e alegam violação do mérito acadêmico, pois o vestibular seria uma prova neutra que classificaria o aluno de acordo com sua inteligência e desempenho. Alguns são a favor e alegam ser o mérito um parâmetro viável se as condições pretéritas dos candidatos fossem iguais. Se alguns candidatos estudaram em escolas com qualidade de ensino muito superior que outras, não disputariam a vaga em pé de igualdade e a vitória não seria meritória.

Ao analisarmos o segundo exemplo, temos inferências em sentidos opostos: de um lado, o vestibular é um processo de seleção neutro, pois seleciona os candidatos de acordo com suas inteligências e desempenhos; de outro lado, o vestibular não é um processo neutro, pois seleciona candidatos com históricos desiguais da mesma forma e, em razão disso, coloca-os em situação de desigualdade. A inferência de um contesta a premissa de outro e, por consequência, suas conclusões. Porém, isoladamente, ambas manipularam informações disponíveis e chegaram a conclusões racionalmente possíveis.

Para nossa discussão, é importante salientar a diferença dos dois exemplos. No primeiro, as conclusões advêm imperiosamente das premissas colocadas. No segundo, as conclusões, ainda que antagônicas, foram possíveis, verossímeis, mas não logicamente necessárias, ou seja, as premissas não ditaram a conclusão e, nesse cenário, o argumento passou a ser a peça-chave.

De acordo com Ferreira (2015), o *logos* é o meio de prova em que o orador criará os argumentos que sustentarão um ponto de vista. O produtor do discurso se vale de uma espécie de armazém virtual que, em Retórica, é conhecido como lugar-comum. “Aristóteles criou uma disciplina, denominada Tópica, para estudar a invenção. O objetivo era encontrar os lugares (*topói*) comuns de onde se originam as provas”<sup>5</sup>. Sob o mesmo ponto de vista, Tringali (2013) diz que, por meio dos lugares-comuns, podemos argumentar sobre qualquer assunto em debate. Faz parte da dialética e, no jogo da discussão sobre a melhor opinião sobre uma controvérsia, cabe à Tópica achar os argumentos e justificá-la. É o argumento que torna crível o que é duvidoso. Trazemos, então, alguns lugares-comuns para demonstrar como o produtor do discurso pode se ancorar em cada um deles para validar seu argumento.

Perelman & Olbrechts-Tyteca (2000) consideram, embora a retórica antiga tenha definido um número extenso de lugares, que uma lista exaustiva seria pouco útil para entendimento geral da argumentação e elencam seis lugares-comuns como gerais e aceitos pela maioria dos auditórios: lugar da qualidade, da quantidade, da ordem, do existente, da essência e da pessoa. Para este trabalho, todavia, levaremos em conta somente os dois primeiros, pois a própria dupla de autores compreende como possível a redução desses seis lugares aos da qualidade e da quantidade.

O **lugar da qualidade** consiste em definir algo melhor que outro por conter características que se consideram superiores<sup>6</sup>. Tomemos como exemplo a fala de Rui Barbosa (1849-1823): “a pior democracia é preferível à melhor das ditaduras”<sup>7</sup>; ou seja, um regime de governo democrático é melhor que um ditatorial. Os pressupostos para qualificar um melhor do que o outro farão parte da criação do formulador do discurso, mas a qualidade é que valida as conclusões das premissas levantadas. O **lugar da quantidade** designa algo melhor que outro por motivos quantitativos<sup>8</sup>. Tomemos como exemplo: “Chile é exportador de commodities e usa a mesma vacina que nós, mas tem como trunfos a imunização veloz contra o coronavírus e espaço nas contas públicas para novos estímulos econômicos”<sup>9</sup>. De acordo com esse exemplo, o Chile apresenta situação melhor que a brasileira por ter indicadores superiores sob o ponto de vista quantitativo: vacina muito mais gente em menor tempo e tem mais recursos públicos para investimento.

5 Ferreira (2015), p. 69

6 Conceito extraído de Perelman & Olbrechts-Tyteca (2000), p. 100

7 Fala extraída do site: <https://www.tribunamt.com.br/2020/12/29/por-que-eu-posso-sera/>. Consultado em julho de 2021.

8 Conceito extraído de Perelman & Olbrechts-Tyteca (2000), p. 97

9 Excerto extraído do site: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/05/14/com-vacinacao-eficiente-chile-vira-observatorio-para-recuperacao-economica-do-brasil.ghtml>. Consultado em julho de 2021.

Na argumentação, então, o orador cria as suas premissas para validar suas conclusões por meio de lugares que funcionam como alicerce para as defesas de uma opção, independentemente da situação. São lugares-comuns preenchidos por pressupostos, valores, hábitos, condições etc. Ao dizer que uma coisa é melhor que outra, seja por critério de qualidade ou de quantidade, há a necessidade de parâmetros sobre o que é melhor ou pior.

Obviamente, os adjetivos “melhor” e “pior” carregam em si uma boa dose de subjetividade, especialmente se estivermos diante de uma controvérsia. Se duas pessoas divergem sobre a conclusão de alguma premissa, provavelmente, o que é melhor para uma não será para a outra. Diante desse problema, faz-se necessário utilizar algum critério para enquadrar esses adjetivos e optamos pelo conceito de virtude de Aristóteles (2018).

De acordo com o filósofo, a virtude será sempre destruída pelo excesso ou pela falta. Ela existe quando está no caminho do meio. É a mediania das coisas. Construímos, então, uma relação de “melhor” com o quadro I. Sempre que um argumento ditar que algo ou uma condição é melhor que outra, seja por critério de qualidade ou quantidade, analisaremos se o “melhor”, no contexto de cada excerto, está mais próximo de uma virtude ou um de vício.

**I. Quadro de virtudes e vícios**

Vício (falta)	Virtude (mediana)	Vício (excesso)
medo	coragem	autoconfiança
insensibilidade	moderação	desregramento
mesquinhez	generosidade	prodigalidade
torpeza	magnificência	insipidez
pequenez da alma	grandeza da alma	vaidade
desalento	brandura	irascibilidade
autodepreciação	veracidade	ostentação
rudez	espiritualidade	bufonaria
hostilidade	amistosidade	obsequiosidade

Quadro elaborado pelo autor, de acordo com ARISTOTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Edipro. 2018, pázs. 95-98

A combinação desses conceitos, portanto, lugares da quantidade e da qualidade, de um lado, e vícios e virtudes, de outro, será a metodologia utilizada para responder às questões formuladas na introdução deste trabalho.

## Hayek e suas críticas aos regimes coletivistas

Como *corpus* de análise, tomamos as ideias do livro *O caminho da servidão*, de Friedrich August Von Hayek (1899-1992), editado pela primeira vez em 1946, época em que o mundo assistia a vários regimes totalitaristas, como o nazismo na Alemanha, o fascismo na Itália e o stalinismo na antiga União Soviética. Esses governos eram extremamente rigorosos com seu povo e tendiam à supressão das liberdades individuais em nome de “benefícios coletivos”. É na crítica do *modus operandi* desses regimes que o autor defende suas teses. O livro é composto por quinze pequenos capítulos e faremos uma breve exposição das principais ideias.

O autor defende a ideia de que nos afastamos progressivamente das premissas com as quais se ergueu a civilização ocidental: liberdade de ação econômica. O individualismo passou a ser associado ao egoísmo e houve tendência ao socialismo, porque, enquanto o individualismo tem como resultado econômico o imprevisto, o socialismo tem uma condução “consciente” de todas as forças sociais em direção a objetivos deliberadamente escolhidos. Contudo, põe em dúvida a ideia de que socialismo pode significar os ideais de justiça social, maior igualdade e segurança, ao abolir a iniciativa privada para a criação de um sistema de economia planificada, em que a visão de lucro é substituída por um órgão central de planejamento. O austríaco critica os socialistas por defenderem a necessidade de substituir a concorrência pelo planejamento centralizado no Estado com a justificativa de que a complexidade da moderna civilização industrial traz problemas solucionáveis somente pelo planejamento central. Porém, defende Hayek, é a própria complexidade da divisão do trabalho no mundo moderno que faz da concorrência o único método pelo qual essa coordenação pode se produzir de modo eficaz. Acrescenta, ainda, que a concorrência dispensa a necessidade de um controle social “consciente” e oferece aos indivíduos a oportunidade de decidir se as perspectivas de determinada ocupação são suficientemente boas para compensar as desvantagens e os riscos que a acompanham.

Por fim, segundo o economista, os sistemas coletivistas têm a organização das atividades da sociedade em função de um objetivo social definido, entretanto, o bem-estar e a felicidade de milhões de pessoas não podem ser auferidos numa escala única de valores. A característica que mais distingue um país livre de um país submetido a um governo autoritário está na observância dos princípios do Estado de direito, o qual cria normas previamente estabelecidas, divulgam-nas e permite ao indivíduo prever de que

modo a autoridade usará seus poderes coercitivos. Além disso, o controle econômico centralizado requer a direção de uma única equipe, chefiada por um chefe supremo, cujos atos não poderão ser suprimidos por processo democrático. Para abrandar essa realidade, diz-se que a questão autoritária se aplicará somente às questões econômicas. É o dinheiro, porém, que oferece ao homem a possibilidade de escolha. Se o Estado controla os meios, determina também a que fins nos dedicamos, a que valores atribuímos maior ou menor importância.

Em síntese, Hayek coloca em oposição individualismo e socialismo, democracia e totalitarismo, concorrência e planificação econômica, liberdade e controle social. Aos primeiros de cada par de oposição, o autor atribui qualidades que contribuem para o progresso da humanidade, da ciência, do comércio e da tecnologia. Aos segundos, por assimetria, atribui qualidades que contribuem para o cerceamento da liberdade, estagnação econômica e, conseqüentemente, da ciência, do comércio e da tecnologia, além de resultar em privilégios para um pequeno grupo.

Demonstraremos, a seguir, alguns excertos, do *corpus* escolhido, que sustentam as ideias do autor e faremos a análise das respectivas estratégias argumentativas, bem como a sua caracterização no quadro de referência, segundo Aristóteles, das virtudes e dos vícios.

## **Hayek: estratégias argumentativas e autoproclamação da virtude**

Para evidenciar a existência de uma estratégia, selecionamos excertos de vários capítulos do livro.

Só depois que a liberdade industrial permitiu a livre utilização dos novos conhecimentos, depois que se tornou possível qualquer experimentação – desde que alguém se dispusesse a financiá-la, e, cumpre acrescentar, isto ocorria, na maioria das vezes, fora do âmbito das autoridades oficialmente encarregadas de cultivo do saber – só então é que a ciência deu grandes passos que nos últimos cento e cinquenta anos mudaram a face do mundo.

Fonte: capítulo 1 – O caminho abandonado, p. 41.

Em relação às estratégias argumentativas, verifica-se a busca pelo lugar da qualidade quando demonstra que a liberdade industrial trouxe mais benefícios à humanidade e mudaram a face do mundo. Concomitantemente, faz o uso do lugar da quantidade ao mencionar que, “na maioria das vezes”, havia disposição para financiamento privado e



isso permitiu “grandes passos”, “nos últimos cento e cinquenta anos”, os quais mudaram a face do mundo.

Sobre os critérios utilizados para caracterizar o “melhor” sob a ótica qualitativa e quantitativa, o autor atribuiu o progresso exclusivamente à liberdade industrial, o que revelou hostilidade e insensibilidade a qualquer outro modelo de financiamento dos experimentos científicos. Por essa razão, há falta de moderação e amistosidade para enxergar o assunto e, em razão disso, usou critérios que fugiram à mediana.

De Tocqueville, mais do que ninguém, percebeu que a democracia, como instituição essencialmente individualista, entrava em contradição frontal com o socialismo. Para afastar essas suspeitas e atrelar a si o mais forte dos incentivos políticos – o anseio de liberdade – o socialismo começou a utilizar com maior frequência a promessa de uma “nova liberdade”. [...] Sem dúvidas a promessa de maior liberdade tornou-se uma das armas mais eficazes da propaganda socialista [...] Mas essa convicção apenas intensificaria a tragédia se ficasse demonstrado que aquilo que nos prometiam como o caminho da liberdade era na realidade o caminho da servidão.

Fonte: capítulo 2 – A grande utopia, p. 49

É possível verificar o lugar da qualidade na premissa, exposta pelo autor, de preferência pelo individualismo em oposição ao socialismo. Atribuiu a liberdade como valor intrínseco ao individualismo e forjado pelo socialismo como “nova liberdade” para atrair adeptos, contudo, segundo Hayek, era um caminho para a servidão.

É explícita a preferência pelo individualismo, sem nenhuma atenuação, o que aponta para um discurso imoderado, insensível, rude e hostil. Para o austríaco, o socialismo é mesquinho, de alma pequena, torpe. Apontou, assim, não somente o lado positivo do que defende, mas também o lado negativo de que é contra. Contudo, não se utiliza de formas virtuosas.

[...] o liberalismo econômico é contrário à substituição da concorrência por métodos menos eficazes de coordenação dos esforços individuais. E considera a concorrência um método superior, não somente por constituir, na maioria das circunstâncias, o melhor método que se conhece, mas sobretudo por ser o único método pelo qual nossas atividades podem ajustar-se umas às outras sem a intervenção coercitiva ou arbitrária da autoridade.

Fonte: capítulo 3 – Individualismo e coletivismo, p. 58

O lugar da qualidade foi invocado para justificar a superioridade do liberalismo sobre qualquer outro modelo, ao marcar o lugar da qualidade em “método superior”, “melhor método que se conhece”, “único método pelo qual nossas atividades podem ajustar-se umas às outras” e na inferioridade de seus opostos em “métodos menos eficazes”. Em paralelo, a construção de “na maioria das circunstâncias” demonstra o lugar da quantidade, na medida em que associa qualidade à quantidade de vezes em que ocorre.

De forma sistemática, traz justificativas que se enquadram nos extremos do quadro de referência de Aristóteles. Ora pela insensibilidade, desalento, rudez pelos regimes contrários ao individualismo; ora pela ostentação, autoconfiança e obsequiosidade com o individualismo.

A afirmação de que os modernos progressos da tecnologia levam inevitavelmente à planificação também pode ser interpretada de outra maneira. Ela pode dar a entender que a complexidade da nossa moderna civilização industrial faz surgir novos problemas que não poderemos solucionar senão por meio do planejamento central. De certo modo essa asserção é verdadeira – mas não no sentido amplo que lhe é atribuído

Fonte: Capítulo 4 – A “inevitabilidade” da planificação, p. 69.

O lugar da quantidade é invocado em “faz surgir novos problemas” como mote para amenizar o lugar da qualidade dos sistemas planificados para solucionar os entraves trazidos pela modernidade. Todavia, diferentemente dos excertos anteriores, o critério de “melhor” foi moderadamente exposto em “de certo modo essa asserção é verdadeira”. O discurso foi realizado com brandura ao considerar a possibilidade de lado positivo em sistema ao qual se opõe na maioria das situações.

O “objetivo social” para o qual se pretende organizar a sociedade costuma ser vagamente definido como o “bem comum”, o “bem-estar geral” ou o “interesse comum”. [...] O bem-estar e a felicidade de milhões não podem ser aferidos numa escala única de valores. [1]

Segundo as regras do jogo conhecidas, o indivíduo é livre para perseguir suas metas e desejos pessoais, tendo a certeza de que os poderes do governo não serão empregados no propósito deliberado de fazer malograr seus esforços. [2]

Se lutamos pelo dinheiro, é porque ele nos permite escolher da forma mais ampla como melhor desfrutar os resultados de nossos esforços. [3]

Fonte: [1] Capítulo 5 – Planificação e democracia, p. 75; [2] Capítulo 6 – A planificação e o Estado de direito, p. 89; [3] Capítulo 7 – Controle econômico e totalitarismo, p. 102.

Os trechos “o bem-estar e a felicidade de milhões não podem ...”, “escolher da forma mais ampla” e “desfrutar os resultados de nossos esforços” ressaltam o lugar da quantidade, seja por sobressair o lado positivo do regime que defende, seja por depreciar o lado que ataca. Vale-se também do lugar da qualidade em “segundo as regras do jogo conhecidas, o indivíduo é livre”, “tendo a certeza de que os poderes do governo não serão empregados no propósito deliberado de fazer malograr seus esforços” em oposição ao sistema totalitário.

O autor tentou ser moderado ao oferecer proposições baseadas em critérios quantitativos, mas o uso de expressões que se assemelham a uma hipérbole, como “felicidade de milhões”, “forma mais ampla”, de um lado, e a expressão “fazer malograr seus esforços”, de outro, revelam hostilidade ao pensamento contrário e a hostilidade demonstra um vício de comportamento.

[...] é a escolha entre um sistema em que a vontade de poucos decida a quem caberá isto ou aquilo e outro em que essa parcela dependa, pelo menos em parte, da habilidade e iniciativa dos indivíduos e, também em parte, de circunstâncias imprevisíveis. [1]

É raro encontrar independência de espírito e força de caráter entre aqueles que não confiam na sua capacidade de abrir caminho pelo próprio esforço. [2]

Fonte: [1] Capítulo 8 – Quem, a quem? p. 113. [2] Capítulo 9 – segurança e liberdade, p.127.

O **lugar da quantidade** é invocado em “vontade de poucos”, quando se refere ao fato de as regras para todos serem definidas por poucos. Encontramos, também, o **lugar da qualidade** em “independência de espírito e força de caráter” como predicativos aos que confiam na capacidade de abrir caminho com o próprio esforço, embora o objetivo tenha sido criticar os que não agem dessa forma.

Sobre a forma de discursar, o autor demonstrou desregramento tanto nas críticas realizadas, quanto nas qualificações atribuídas às suas teses. São formas imoderadas e, por consequência, fogem à forma mediana de se expressar.

É de todo errôneo afirmar, como por vezes se faz, que o grande poder exercido por uma comissão de planejamento central “não seria maior do que o poder exercido conjuntamente pelas diretorias das empresas privadas”. Numa sociedade baseada na concorrência, ninguém exerce uma fração sequer do poder que uma comissão planejadora socialista concentraria em mãos”.

Fonte: Capítulo 10 – Por que os piores chegam ao poder. p. 157

O economista colocou os sistemas de concorrência e socialista em lados opostos e atribuiu ao primeiro qualidades superiores – lugar da qualidade – ao do socialismo. Simultaneamente, é possível ver o lugar da quantidade em “ninguém exerce uma fração sequer”, na tentativa de associar atributos positivos ao regime de concorrência por tomar como melhor a distribuição do poder.

As expressões, que tendem aos extremos, mostram um discurso pouco amistoso com as ideias contrárias, na medida em que não argumenta com base em e dados e/ou situações que relevem superioridade, mas tão somente pela subjetividade do autor em relação aos critérios de melhor e pior. Por tal razão, consideramos uma fala viciosa.

A própria palavra “verdade” perde o seu antigo significado. Já não designa algo que deve ser descoberto, sendo a consciência individual o único juiz a decidir se, em cada caso, a prova (ou a autoridade daqueles que a proclamam) justifica a convicção. Torna-se algo a ser estabelecido pela autoridade, algo em que é preciso crer a bem da unidade do esforço organizado”

Fonte: Capítulo 11 – O fim da verdade. P. 160.

Quando o autor diz que a palavra “verdade” já não designa algo que deva ser descoberto, mas aceito por ordem de uma autoridade, deparamo-nos com o lugar da qualidade, na medida em que o processo de busca pela “verdade”, sem coação, é muito mais qualitativo, sob a ótica do autor, do que a “verdade” assentida em nome de um esforço organizado.

De uso do mesmo padrão ao comentar, o autor observa em polos extremados, evidentes nas passagens: “a própria palavra ‘verdade’ perde...”, “já não designa”. Toma o oposto como verdade e se posiciona nas extremidades, o que nos sugere o vício.

## Considerações finais

A realização da análise de um livro em sua integridade traz consigo a dificuldade para um critério de recorte. Para resolver essa questão, propusemo-nos a refletir sobre as ideias distribuídas ao longo dos capítulos, como forma de mitigar a possibilidade de

trazer excertos que pouco comungam com as principais ideias do autor e, ao mesmo tempo, demonstrar a uniformidade de pensamento que nos permitiu afirmar sobre a existência de uma estratégia argumentativa.

Dessa forma, constatamos que as premissas e as conclusões não estavam pautadas em critérios de verdade ou mentira, ou seja, as premissas foram colocadas e as conclusões não derivaram de forma imperiosa. Para tornar suas premissas válidas e as conclusões aceitas, o autor se valeu da argumentação.

Com base na definição de lugar-comum, especialmente os lugares da quantidade e os da qualidade, demonstramos que o autor optou por duas estratégias principais: i) trouxe critérios de qualidade e quantidade para demonstrar que sua tese é melhor do que as contrárias, ao ressaltar os pontos positivos; e b) sob a ótica dos mesmos critérios, qualidade e quantidade, demonstrou que as teses contrárias são piores do que a dele, ao ressaltar os pontos negativos. É importante frisar essa diferença, pois, se fosse ineficaz, o autor poderia somente reforçar os pontos positivos de sua tese, que automaticamente, as teses contrárias estariam subentendidas como piores. Contudo, a opção foi a de salientar as duas.

Foi nosso objetivo também, ao avaliar as estratégias argumentativas, saber se o modo de colocar o discurso se enquadrava como virtude ou vício, de acordo com os critérios de mediana de Aristóteles. O resultado foi que, na maioria esmagadora dos casos, as estratégias tendiam aos vícios, seja pelo excesso, seja pela falta. A mediana foi observada em um único caso, dos vários excertos observados.

Portanto, a autoproclamação da virtude, em Hayek, materializou-se em um processo nada virtuoso. Embora tenha se preocupado em ressaltar as qualidades de suas teses em relação às teses contrárias, fez uso de exemplos extremados, como se toda e qualquer intenção de esforço coletivo, independentemente dos regimes totalitários de Hitler, Mussolini e Stalin, objetivasse levar as pessoas ao caminho da servidão.

## Referências

- ARISTÓTELES, *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Edipro. 4ª edição. Tradução de Edson Bini. 2018.
- FERREIRA, Luiz Antonio. *Leitura e persuasão: princípios de análise retórica*. São Paulo: Contexto, 2015.
- HAYEK, Friedrich August von. *O caminho da servidão*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil. 2010.
- MEYER, Michel. *Questões de retórica: linguagem, sedução e razão*. Lisboa: Editoria 70. 2018.
- MORTARI, Cezar A. *Introdução à lógica*. São Paulo: Unesp. 2001.
- MOSCA, Lineide do Lago Salvador (org.). *Retóricas de ontem e de hoje*. São Paulo: Humanitas, 1997.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

TRINGALI, Dante. **A retórica antiga e as outras retóricas**: a retórica como crítica literária. São Paulo: Musa, 2013.